

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA/ NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS LGBT
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA
POLO GOVERNADOR VALADARES**

**CONTRIBUIÇÕES SOBRE O TEMA SEXUALIDADE:
Uma análise de referências para a formação de professores e
professoras**

ELIANA LEAL DE MORAES COELHO

**Governador Valadares
2016**

ELIANA LEAL DE MORAES COELHO

CONTRIBUIÇÕES SOBRE O TEMA SEXUALIDADE:

Uma análise de referências para a formação de professores e professoras

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Gênero e Diversidade na Escola do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista.

Orientadores:
Dra. Deborah Rosária Barbosa
Me. Felipe Moreira

Governador Valadares

2016

Contribuições sobre o tema sexualidade: Uma análise de referências para a formação de professores e professoras

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Minas Gerais. Governador Valadares, 2016.

Orientadora: Dra. Deborah Rosária
Barbosa

Orientador: Me. Felipe Moreira

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os professores e professoras que se engajam permanentemente na busca de uma educação comprometida em mudar a situação de alunos e alunas excluídos de seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Aos professores Orientadores: Dra. Déborah Rosária Barbosa e Me. Felipe Moreira pela orientação profissional.

Ao professor Anderson Xavier que contribuiu na busca de minha melhora profissional.

Ao Valmir Menezes que foi o motivador dessa pesquisa.

O direito à educação e o compromisso de formar cidadãos e cidadãs não será plenamente alcançado sem o reconhecimento das diferentes formas como as pessoas vivem suas relações afetivo-sexuais e suas identidades de gênero.

(MISKOLCI)

RESUMO

Esta pesquisa aborda a questão da sexualidade como direito humano a ser trabalhado na educação escolar, tendo por fundamento a formação e as práticas docentes, o conhecimento e a análise das orientações legais e curriculares. Realizou-se um estudo teórico, analisando a contribuição de diversos autores que tratam do tema e de sua relação com a educação escolar, bem como identificando a contribuição dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI), das orientações do tema transversal Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e dos Cadernos Pedagógicos da Escola de Tempo Integral (ETI) da Secretaria Municipal de Educação Governador Valadares. Consideramos que é necessário avançar na reconstrução destas orientações incorporando o tema Sexualidade de um modo mais aprofundado e abrangente. Esperamos trazer contribuições para reorientar a formação do professor e da professora do município de Governador Valadares e de outros municípios também, quanto à compreensão do tema sexualidade da criança, no sentido de promover o respeito à diversidade.

PALAVRAS CHAVE: Sexualidade infantil, Diversidade, Educação Infantil, Formação docente.

ABSTRACT

This research addresses the issue of sexuality as a human right to be worked in education, with the foundation of the training and teaching practices, knowledge and analysis of legal and curriculum guidelines. We conducted a theoretical study, analyzing the contribution of several authors who deal with the subject and its relation to education, as well as identifying the contribution of the National Curriculum Benchmarks for Early Childhood Education (RCNEI), the cross-cutting issue guidelines Sexual Orientation of Curriculum Standards national (NCPs) and the Full Time School Pedagogical notebooks (ETI) of the Municipal Education Governador Valadares. We consider it is necessary to move forward in rebuilding these guidelines incorporating the topic of sexuality further and comprehensively. We hope to bring contributions to reorient teacher education and teacher Governador Valadares as the understanding of the sexuality theme of the child, to promote respect for diversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPITULO 1 – A QUESTÃO DA SEXUALIDADE COMO DIREITO SOCIAL	17
1.1 A Educação e o Direito à Sexualidade	17
1.2 A discussão da sexualidade no espaço escolar	19
CAPÍTULO 3 – O TRABALHO COM SEXUALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	25
3.1 Currículo e Sexualidade	25
CAPÍTULO 4 - A SEXUALIDADE EM DOCUMENTOS OFICIAIS DE ORIENTAÇÃO CURRICULAR	34
4.1 – A Sexualidade nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI)	34
4.2 – A Sexualidade no Tema Transversal Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)	36
4.3 A Sexualidade nos Cadernos da Escola de Tempo Integral do Município de Governador Valadares - ETI	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

Durante o curso de pós-graduação de Diversidade e Gênero na Escola, da Universidade Federal de Minas Gerais, Polo de Governador Valadares, no ano de 2015, professores e professoras, tutor, alunos e alunas, discutiram que a sexualidade está presente nas relações sociais, e, em alguns casos, isso interfere no acesso aos direitos. Tal discussão fomentou o interesse pela análise sobre o que as orientações sobre o trabalho com a sexualidade presente em algumas orientações curriculares, a fim de que auxiliar professores e professoras que atuam com crianças, para que o processo educativo de construção de conceitos como diversidade, gênero, corpo e sexualidade, seja de fato garantido sem a distorção tão presente hoje na mídia, escola, redes sociais, igrejas, e outros ambientes de interação social e de forma consciente.

Recentemente, em Governador Valadares aconteceu na Câmara de Vereadores a discussão do Plano Decenal Municipal da Educação para o decênio de 2015-2025. Os fatos foram apresentados pela mídia, noticiados em redes de canais de televisão, em redes sociais, no portal da Prefeitura de Governador Valadares, com emendas votadas na Câmara de Vereadores sobre ideologia de Gênero nas escolas municipais de Governador Valadares. Houve manifestação de grupos religiosos e de outros cidadãos contra o texto apresentado sobre o tema, o que favoreceu um momento propício em relação às oportunidades educativas para discutir a intolerância, o preconceito, a desinformação como impedimento para o desenvolvimento social e pessoal e promoção da justiça social.

Observa-se que, no âmbito da educação escolar, a criança está exposta ao mundo adulto. E que a esta criança, por vezes, vem sendo negada uma formação para a sexualidade, compreendida aqui como construção histórica e social e que “depende da cultura e das relações sociais estabelecidas, o que possibilita pensar em diferentes formas de viver e de construir identidades de gênero e sexuais” (BORGES *et. al.*, 2013, p. 734).

Conforme Miskolci (2014, p. 98), a sexualidade se refere às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até o exercício do poder na

sociedade. As definições atuais de sexualidade abarcam significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e disputas políticas.

Segundo Foucault, “a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico” e “não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar” (FOUCAULT, 1988, p. 100). Louro (1997) assinala que a escola, como instituição social, educa para a sexualidade, quer seja de forma intencional ou não. Segundo a autora, a escola e o educador, não reconhecem o limite do seu saber sobre a sexualidade e não percebem que gênero e sexualidade são distintos visto que:

“O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas, se representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”
(LOURO, 1997, p. 27).

Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. Gênero é um saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais, e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determinam univocamente como a divisão social será definida (SCOTT *apud* MISKOLCI, 2014, p. 50).

A Nota Técnica 24/2015, do Ministério da Educação (MEC), após a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE) orientou sobre o conceito de gênero, que diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade. Na construção deste conceito, é fundamental compreender a dimensão histórica, social, política e cultural das diferenças e do próprio processo de construção subjetiva de homens e mulheres.

As relações de poder entre os gêneros e as sexualidades é, muitas vezes, plena de sutilezas, insinuante, exercida com discrição, e imperceptível para não haver questionamento, a norma busca abafar as vozes. Mas, o tempo todo, conflitos e resistências acontecem e as pessoas percebem constrangimentos as suas identidades e vivências. Tudo isso é reflexo das relações desiguais de poder, que podem aparecer em qualquer relação e que geram injustiça. E algumas escolas têm reproduzido essa injustiça, por negarem o direito ou não saber educar para a sexualidade.

No âmbito da Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares (SMED), observamos que as questões referentes gênero e sexualidade estão presentes nas concepções e práticas de professores e professoras, que manifestam conceitos, valores e atitudes. Na Escola em Tempo Integral, a sexualidade está presente na hora do banho, na hora do repouso, na escolha das brincadeiras, na distribuição das crianças na fila (meninos separados de meninas), no uso do banheiro, enfim em seu cotidiano¹.

Observa-se também que, na prática de pedagogos (as) e docentes, quando a criança se manifesta no tocante à sexualidade, não há diálogo, apenas perguntas sem respostas e um abafamento da situação e da voz da criança. Ao que parece não se quer nenhum tipo de demonstração da sexualidade da criança e se impede qualquer uma delas. À criança, apenas é solicitado “pare com isso”. Os docentes não costumam, nos pareceres descritivos a que temos acesso, registrar as manifestações do corpo e da sexualidade. Não escrevem se as crianças perguntam sobre sexo, se há brincadeiras com os órgãos genitais. Os registros escritos e lidos por mim não relatam aspectos do desenvolvimento da criança, como se este tema fosse ausente. Entretanto como um dispositivo a sexualidade não está ausente no espaço escolar, pois, nas formações, algumas professoras e alguns professores comentam fatos, atitudes e perguntam o que fazer com crianças que, na hora do repouso se masturbam no colchonete ou com a criança que faz gestos para frente e para trás, simulando posições no corpo de outros colegas. Mas tecem estes comentários como se

¹ Observações realizadas em minha prática como profissional da SMED responsável pelo assessoramento pedagógico em escolas e formação de professores e professoras da Educação Infantil

estes fatos e estas atitudes fossem incorretos e não uma construção de sexualidade.

A escola é um espaço privilegiado para pensarmos a construção do corpo em vários âmbitos, como por exemplo, o acesso à ciência e também pelo aparato institucional que possui, além ser um local e mecanismo de encontros e materializações de cultura.

Por vezes, o que se percebe é a procura de “respostas prontas” para cada situação, um desejo de normatividade da orientação sexual, em que estão presentes o medo, a insegurança e a proibição de qualquer manifestação que não seja moral, dentro do conceito de cada professor e professora. Parece, também, haver um silêncio sobre qualquer manifestação sexual, não se percebe que a sexualidade é direito da criança. É necessário pensar esse silêncio e nos agendamentos que ele produz, muitas vezes ele pode confirmar ideias como homofobia, normatividade da heterossexualidade, ou negação de direitos.

Nós, educadores, precisamos aprender mais sobre a sexualidade no espaço escolar. Não basta coibir ou negar a sexualidade, mas avaliar de forma crítica nossa atuação. Segundo Junqueira (2009):

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também perceber que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação. Qual a atitude ética de um professor ou de uma diretora diante de situações que colocam em questão os seus próprios valores pessoais, morais, ideológicos ou religiosos? Como ser ético? E o que exatamente isso significa? Ser ético é agir conforme os meus valores e ponto? É agir segundo as normas e regras estabelecidas? (JUNQUEIRA, 2009, p 34).

Para que se possa aprender e repensar a atuação docente, é necessário pensarmos meios que desenvolvam o aprendizado do professor, e muitas vezes a formação continuada não atinge o objetivo proposto. Professores e professoras pedem para estudar sobre sexualidade.

Suas manifestações no cotidiano, nas questões de expressões sexuais do corpo, e questões ligadas ao gênero. Querem discutir o que acontece em sala, mas no sentido de determinar o que fazer com as manifestações da sexualidade da

criança, no sentido de normatizar, de proibir ou de silenciar. No início do ano letivo de 2013, a SMED realizou um levantamento de temas para estudo sugeridos por professores e professoras de Educação Infantil, cada pedagoga fez o levantamento e um condensado dos respectivos temas em sua escola e encaminhou à SMED. Ao finalizar o condensado final das escolas, observou-se que a sexualidade foi um dos temas muito solicitado, presente em todas as escolas. Para atender a essa solicitação, realizou-se duas formações com o tema Sexualidade Infantil. Essa formação aconteceu em um teatro com a presença aproximada de quatrocentos professores da Educação Infantil. Nela, foram abordados os temas gênero e sexualidade. Mas, não foi dado espaço para as narrativas, relatos de experiências ou oportunidade de discutir as dúvidas sobre gênero e sexualidade. O cotidiano em sala de aula sobre as questões de sexualidade não foram discutidas, o que sugere que há muito que avançarmos no sentido de incorporar estas temáticas à formação dos professores e professoras.

As formações precisam ser repensadas, pois é no espaço escolar que podem ser discutidas com mais profundidade a questão das informações e direitos ligados a sexualidade, trocar ideias, de ouvir suas dificuldades de compreensão, analisar filmes e livros e diversos materiais educativos sobre a sexualidade, sobre a homofobia, sobre gênero e outros temas sobre a sexualidade. Também é necessário incluir na formação continuada dos professores, juntamente com o tema sexualidade, as temáticas de gênero e de diversidade.

Em outra formação continuada, agora realizada com professores e professoras na escola, tratamos as fases de desenvolvimento da criança de zero a seis anos, discutimos que a criança precisa do movimento corporal e que o trabalho com corpo é um elemento chave para o seu desenvolvimento. Mas não conseguimos colocar em pauta a sexualidade como parte do corpo. Entretanto, nas escolas com as quais temos contato, em nossa experiência profissional, ainda costumamos observar a realização de atividades de nomear as partes de corpo, músicas citando partes do corpo como cabeça, ombros, joelho e pé, mas os órgãos sexuais não são citados em nenhuma atividade que envolve o corpo.

Outra atividade comum no cotidiano da educação infantil destas escolas, é fazer o contorno do corpo da criança em papel pardo e colocar as partes do

corpo. Em alguns desenhos colocam-se os órgãos sexuais, mas eles não são nomeados. O assunto também não é levado com interesse: se questionado a resposta é: se as crianças perguntarem, falamos que é pênis e vagina. Geralmente, corpo é considerado apenas como biológico, porém a sexualidade resulta de construção afetiva e social que depende da interação com o outro.

As concepções acerca do corpo e da sexualidade e suas reorientações do que é ser homem ou ser mulher precisam ser trabalhadas, construídas ou reconstruídas para que as crianças desenvolvam concepções. Existe sexualidade na escola para o professor e para a professora? Como está sua compreensão sobre essas atividades? Há uma omissão por parte da professora, do professor, da pedagoga, da pedagoga da SMED em não trabalhar e discutir a sexualidade da criança? Para Camargos (2000, p. 159), “nem a criança nem o professor, nem a professora estão neutros nesse papel, todos e todas estão influenciados pelas suas próprias fantasias e vivências”.

Segundo Muller, Kreutz *et. al*, (2001), a pesquisa de Berger & Hutz (1999) traz resultados sobre o desconhecimento do assunto entre educadores que é sua função criar um espaço de aprendizagem e reflexão sobre sexualidade com as crianças. Se não temos conhecimento, um saber sobre a sexualidade, como lidar com as crianças? Falar e reconhecer existência da sexualidade infantil ainda causa impacto e perplexidade no adulto, se mostra embaraçoso, resistente, não conhece, e não reconhece as manifestações da sexualidade presentes no espaço escolar.

Quando a criança manifesta sua fantasia, em geral, o adulto procura regular o comportamento conforme suas crenças ou percepções, e não tem o olhar voltado de como a criança pensa ou demonstra sua sexualidade. Assim questiona-se: como pode ser trabalhada a manifestação da sexualidade pelas crianças?

Por perceber essa necessidade dos professores e professoras, que trabalham com crianças, por fazer parte de uma equipe da Secretaria de Educação que realiza e propõe formações continuadas, a questão inicial desta pesquisa foi: como um estudo teórico das orientações curriculares que tratam deste tema pode ser um instrumento que colabore para uma melhor compreensão, por parte dos docentes, sobre a sexualidade infantil?

De modo geral, queremos realizar um estudo teórico que traga contribuições para reorientar a formação do professor e da professora do município de Governador Valadares quanto ao tema da sexualidade das crianças. Especificamente, queremos analisar a contribuição de diversos autores que tratam do tema e de sua relação com a educação escolar, bem como identificar a contribuição dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI), os Cadernos Pedagógicos da Escola de Tempo Integral (ETI) da Secretaria Municipal de Educação Governador Valadares (SMED) e as orientações gerais do tema transversal Orientação Sexual do Parâmetros Curriculares.

Neste sentido, faremos uma pesquisa qualitativa, com caráter teórico e descritivo. No primeiro momento, serão coletadas referências teóricas que estejam vinculadas à sexualidade infantil, e aos direitos da criança. Serão pesquisados os teóricos que investigam e trazem reflexões sobre a atuação pedagógica da escola, dessa forma esta pesquisa será pautada especialmente nas contribuições de: Bossi (2010), MisKolski (2004), Nogueira, (2012), Butler (2010), Oliveira (2010) e Louro (2009). Em momento posterior, analisaremos as contribuições dos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI), a atual Base Curricular Nacional para a Educação Infantil.

CAPITULO 1 – A QUESTÃO DA SEXUALIDADE COMO DIREITO SOCIAL

1.1 A Educação e o Direito à Sexualidade

A sexualidade é um tema importante a ser considerado levando em conta o desenvolvimento significativo do ser humano. É importante dar atenção específica e sistemática à questão da sexualidade, para iniciar transformações educativas, nas relações interpessoais e para exercer uma cidadania de direitos e deveres.

A Constituição Federal de 1988 considerou a atuação dos diversos movimentos sociais que levaram para esfera pública questões que eram consideradas apenas de ordem privada, incluindo no panorama da política sexual no Brasil contemporâneo, questões relativas ao gênero e à sexualidade, à formulação da equidade de gênero como direito constitucional e o reconhecimento legal da existência de diversas minorias sexuais.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 3º formula o pacto ético, político e social de uma sociedade livre, justa e solidária, da qual seja erradicada a pobreza, a marginalização e toda forma de preconceito e discriminação.

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I- Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II- Garantir o desenvolvimento nacional;
- III- Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV- Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, Art. 3º)

Segundo Paulo Freire (2000), a educação é essencial para o cumprimento desses objetivos e pode contribuir para transformar a realidade do nosso país. Para que isto se torne concreto, o (a) educador (a) precisa ser politizado. Seria fundamental que ele (a) se oriente para uma postura autocrítica de seu conhecimento e lugar disciplinar de intervenção. Existem diversas formas para se fazer isso, uma delas é trazer para o cotidiano da escola, a discussão sobre a sexualidade como direito, é discutir conceitos, procedimentos, atitudes que

favoreçam a liberdade, justiça, solidariedade e a não discriminação. Sendo assim, a educação que contempla a sexualidade, pode contribuir para a realização dos princípios de liberdade, erradicação de preconceitos que tem impedido uma vivência plena e igualdade de direitos entre homem e mulher.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), em conformidade com os princípios e valores expressos na Constituição Federal, define claramente no artigo 2º, o suporte e as finalidades da educação:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideias de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL, LDB, 1996, Artigo 2º)

A LDB quando contempla a liberdade e a solidariedade, abre oportunidade para também contemplar a sexualidade, como uma das esferas para o pleno desenvolvimento do educando e preparo para a cidadania. Perceber essa relação como direito pode contribuir para a vivência da sexualidade e de sua expressividade, conseqüentemente, estará educando para a cidadania. A democracia contribui para consolidar os direitos humanos e como consequência disso, deve promover o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero.

O (a) educador (a) ao participar de formações poderá fazer uma reflexão ética que trabalhe a dimensão da pessoa como ser consciente e livre, que tem de tomar decisões sobre como viver sua sexualidade no convívio social de forma digna. O (a) educador (a) pode ajudar a assegurar os direitos humanos, com comportamentos de convivência que garantam o respeito pela integridade sexual e a equidade dos gêneros.

A vivência da sexualidade está presente nas relações sociais, podendo interferir ou não no acesso aos direitos. Uma educação sexual , que considere a historicidade da mesma, que tenha uma visão crítica, que analise a visão biologistica presente nos currículos, para então pensar em uma postura que possa contribuir para o respeito a tais direitos, quando estes estiverem sendo negados. Os educadores e educadoras devem observar que a criança deve ser considerada em sua sexualidade e precisa compreender que somos seres sexuados e historicamente constituídos.

Percebe-se que sexualidade está presente no indivíduo antes mesmo do seu nascimento, os pais criam expectativas em relação aos filhos e filhas desde o momento que sabem seu sexo. A sexualidade precisa ser vista como um fenômeno multidimensional, psíquico, biológico e sociocultural, que se constrói durante toda vida nas relações interpessoais.

1.2 A discussão da sexualidade no espaço escolar

Os temas sexualidade e diversidade não são novos no espaço escolar conforme Borges *et al* (2013). No Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1980, questões diversas ligadas ao referido tema começaram a ser discutidas mais abertamente no interior de diversos espaços sociais, entre eles, a escola e a universidade (programas de pós-graduação, núcleos de estudos e pesquisas sobre Gênero e a área de Estudos Gays e Lésbicos)

No final dos anos 1980 e anos 1990, os Ministérios de Educação e da Saúde, passaram a estimular projetos de educação sexual. No entanto, muitas iniciativas em que abordavam as temáticas relativas à sexualidade acabaram por alimentar uma visão conservadora de educação sexual – uma espécie de política sexual voltada a conter ameaças à família e ataques à normalidade heterossexual (WEEKS, 1999).

Nesta época, outros segmentos entraram com contribuições para o conhecimento do tema na educação, também considerando outros aspectos da sexualidade. Segundo Borges et al. (2013), tivemos um avanço quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) não aceita que a homossexualidade fosse considerada doença e, por isso, em 1990, excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) que já havia retirado a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais, os Conselhos Federais de Medicina (desde 1985) e de Psicologia (desde 1999) também passam a não considerar a homossexualidade como doença, distúrbio ou perversão.

Segundo Borges et al., a psicologia trouxe a sua contribuição, quando o Conselho Federal de Psicologia, em 1999, faz uma resolução citando no Art. 2º

que os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles comportamentos ou práticas homoeróticas.

Políticas públicas, inclusive, curriculares passam a contemplar a sexualidade como objeto de exercício de cidadania, ampliando a discussão de temas como homossexualidade e homofobia. Entretanto, Louro (2004) percebe que,

“as políticas curriculares são, então, alvo da atenção [de setores conservadores], na tentativa de regular e orientar crianças e jovens dentro dos padrões que consideram moralmente sãos”. (LOURO, 2004, p. 130).

Pensar em políticas públicas voltadas para a saúde, para a educação, para o social pode ser um dos caminhos para discutir a sexualidade nos currículos. A politização dos (as) educadores ao perceber que a sexualidade está ligada a uma rede de políticas públicas que precisam ser garantidas nos setores acima citados.

Surge a necessidade de trabalhar o conceito de sexualidade infantil e suas implicações na educação escolar, tendo como foco a diversidade. Para Louro (2000), a sexualidade vem sendo explicada e regulada, saneada, educada, normatizada, a partir de várias perspectivas e campos disciplinares, constituindo-se em meio a propósitos e interesses igualmente variados. Não basta, contudo, apenas descrevê-la ou demarcá-la como uma área multidisciplinar, é preciso reconhecer que essa foi e é uma área em disputa.

Estado, igreja, ciência - instituições que, tradicionalmente, participavam da sua definição e da delimitação de padrões de normalidade, pureza ou sanidade - concorrem hoje com outras instâncias e grupos organizados que pretendem também decidir a respeito dos contornos da sexualidade. Já não se trata, apenas, de campos teóricos ou instituições sociais tradicionais disputando a primazia para delimitar os saberes pertinentes e as práticas adequadas ou legítimas; ao seu lado, geralmente como contraponto e oposição, expressam-se novas concepções, novos discursos e outra ética.

Para Nogueira (2015), em uma aula vídeo conferência no Curso de GDE, comentou que o prazer, a autoestima estão profundamente relacionados com a sexualidade. Para ele, a escola guarda a sexualidade, só valorizando manifestações públicas normatizadas como por exemplo o casamento. Considera

que educar é um ato muito mais do que a normatização do corpo e que na escola há uma forma “única” de ser homem e de ser mulher. Relata também que com o surgimento dos sistemas escolares no século XIX, o aparecimento de um corpo de especialistas da infância dotados de tecnologias específicas e de “elaborados” códigos teóricos definindo a sexualidade, cria-se a necessidade de trabalhar as relações de gênero na escola.

Para Miskolci, (2014) a sexualidade não se refere apenas a atos sexuais, é um termo que abrange algo muito mais amplo: a forma como as pessoas se relacionam, desejam, amam, expressam afeto e organizam boa parte de suas vidas. A sexualidade é moldada pelo convívio no espaço público em processos de socialização diversos, entre elas a educação. Na escola se aprende o que socialmente prescrito como a forma correta de desejar, o que é reconhecido como amor, e o que é rejeitado como inaceitável e abjeto. Para ele, as definições de sexualidade abarcam significados, ideias, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos, trata-se, portanto de um conceito dinâmico que está sujeito a diversos usos, múltiplos e contraditórias interpretações e que se encontra sujeito a debates e disputas políticas.

Butler (1993) trata da materialidade dos corpos e a impossibilidade de um corpo puro, desassociado de um contexto. Discute que o sexo é posto no domínio discursivo, e essa autoridade se repetirá de forma reiterada ao longo do tempo . Ela questiona a normatividade da heterossexualidade, a diferença do gênero e as divisões sexuais através de categorias de raça, classe ou habilidades físicas. Butler trabalha o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia sexo x gênero, que fornece às feministas possibilidades limitadas de problematização da “natureza biológica” de homens e de mulher.

Observa-se que Butler, Nogueira e Miskolci tratam da sexualidade com uma visão ampla, crítica e reflexiva, sempre levando em conta a historicidade, a construção social, à normatividade da heterossexualidade que a escola trabalha. Nogueira e Miskolci comungam da mesma ideia acerca da sexualidade e da necessidade de discutir essa nova visão, enquanto Butler, preocupa-se com a

relação sexualidade e gênero e a necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo.

Tais reflexões nos possibilitaram compreender que a sexualidade é produzida a partir de uma série de discursos que vêm constituindo modos de ver, compreender e tratar essa temática no espaço escolar, colaborando, assim, para a produção dos sujeitos infantis.

Não existe definição única para a sexualidade humana, nem um padrão. O conceito sexualidade tem um significado muito amplo, relacionar esse significado com a educação, como uma forma de diferentes possibilidades de expressão do corpo e com a cultura numa perspectiva de inclusão, de respeito à pluralidade de identidades.

Na infância, na adolescência e na juventude, há experimentação de diversas formas de expressão de novas sensações e prazeres. Estas experiências não necessariamente vão definir a identidade da pessoa ao longo de sua vida. Identidade em relação a quem sou, ao gênero, ao papel dentro dos grupos com os quais convive. Não serão as experiências vividas na sexualidade é que vai determinar a moral, a ética de cada um. É sabido que a sociedade cria padrões de normalidade e reprime determinadas condutas não condizentes às suas expectativas. O corpo e a sexualidade sempre foram punidos e penalizados. Muitas vezes em que falamos sobre corpo, sexualidade e erotismo surge um silêncio. É difícil falar sobre um tema que ainda é cercado de certas verdades absolutas, de construções fixas sobre a forma como cada um deve se relacionar com o outro. Muitas vezes estamos lidando e falando de um assunto tabu até mesmo para nós, de algo desconhecido, daquilo que muitas vezes não é aceito socialmente.

Quanto ao trabalho educativo, não há somente uma forma de trabalhar a sexualidade infantil, como também não há uma cartilha pronta que ensine a falar sobre as dúvidas, desejos e anseios sobre o sexo, mas é imprescindível que os educadores e educadoras possam disponibilizar-se para elaborar conflitos de sua própria sexualidade, a fim de estarem aptos a trabalhar a sexualidade das crianças. O (a) professor (a) deve pensar como foi construída a sua própria sexualidade, como ela toca no seu próprio corpo, suas reações, seus medos e preconceitos, a influencia de outros grupos, sua sexualidade na família, na

infância e na adolescência, se realmente desejar entender o corpo e a sexualidade do outro. Ele (a) traz uma história em relação a sua sexualidade na infância, adolescência e juventude que poderá influenciar a sua prática. Conforme sugere Lipman (1990) quando diz que uma educação que leve em conta a reflexão, que torne as crianças cada vez mais aprimoradas no saber, pensadores autônomos, gestores de suas conclusões e não meros repetidores do que os outros dizem ou pensam.

As crianças deveriam adquirir a prática em discutir os conceitos que elas consideram importantes. Fazer com que discutam assuntos que lhes são indiferentes priva-as dos prazeres intrínsecos de se tornarem educadas e abastece a sociedade com futuros cidadãos que nem discutem o que lhes interessa nem se interessam pelo que discutem (LIPMAN, 1990, p. 31).

Também é necessário educar a criança para aprender a pensar, ter clareza, ter visão real do mundo, reinventar o meio, definindo a própria forma de interagir socialmente com o outro, em uma integração harmoniosa, sendo essa postura um desafio constante para o educador.

Ao professor e à professora, faz-se necessário perceber que a sexualidade para ser bem compreendida em um contexto democrático, deve transcender os limites das concepções heteronormativas, polarizadas, simplificadoras, e alienantes, como conceito a ser construído e vivenciado pela criança.

Nesse contexto também, Muller e Kreutz (2001) dialogam que o educador e a educadora devem ter um olhar mais informado sobre o corpo, sobre sua integridade, para assim contribuir para que os costumes na escola se modifiquem. É importante que professores e professoras tenham clareza que a educação sexual é relevante para o desenvolvimento da criança, e que também pode ser voltada para contenção, policiamento, pode apresentar uma visão da criança como isenta das influências do mundo onde vive. Perceber que há uma concepção de desenvolvimento que destina a infância um espaço puro e intocável. Podemos analisar e perceber isso no comentário da pedagoga Ana Maria Bossi (2009):

Há uma necessidade de uma educação sexual transformada e transformadora, na família e na escola, tanto para se fazer a crítica dos

modelos tradicionais impostos pela educação formal, como para se fazer frente à indústria do sexo, ao consumo, a objetualização do corpo, que atingem números cada vez maiores e faixa etária cada vez menor, verifica-se que o simples acesso a informações não tem evitado que continuemos a nos deparar com dificuldades de relação às especificidades da infância e a maneira adequada de educá-la (BOSSI, 2009. p. 33).

Observamos que não há uma maneira adequada de educar para a sexualidade, uma vez que as crianças trazem suas experiências, informações do meio em que convivem, elas não podem ser consideradas uma folha em branco isenta de vivências, e de informações. Essa maneira adequada seria levada em conta a experiência, a concepção e o conhecimento do professor, da família, ou e da própria criança? Ou seria uma educação reguladora? O (a) professora esta disposta a ver e ouvir a voz da criança.

Tal compreensão de inúmeros fatores que se relacionam à sexualidade pode instalar a dificuldade de tratar o tema no cotidiano escolar. Necessário se faz olhar que a escola é espaço público, lugar onde as relações sociais acontecem, lugar de aprendizado diverso e entre quais se deve incluir a sexualidade.

Como vimos a sexualidade faz parte da vida humana, está presente nas relações sociais, interfere na vida pública e no acesso aos direitos. Atribui-nos uma identidade. O (a) educador (a) deve estar atento e atenta às oportunidades surgidas para educar sobre o tema e discutir fatores como a dificuldade de conhecer a sexualidade e suas implicações na vida do(a) aluno.

É fundamental investir em formação inicial e continuada de educadores/as, com conteúdos que os/as preparasse para dialogar sobre a sexualidade. Tal discussão pode ampliar o conhecimento e a visão positiva sobre o outro, que passa a ser percebido como diferente, desigual, inferior ou anormal, especialmente em matéria de sexualidade.

O direito do cidadão esta ligado a vários campos: a segurança pública,, a saúde, ao emprego, a assistência social, a educação, à justiça; alimentação; comunicação social; a habitação; à informação e outros. A noção de direito e de como não garantir direitos sexuais pode fragilizar o sujeito no acesso a enfrentamento das várias formas de discriminação. Quando o (a) cidadão (ã) tem

garantido seu direito a saúde e a informação, possivelmente também terá direitos ligados a sua sexualidade. A vulnerabilidade em relação aos direitos humanos podem intervir nos direitos da sexualidade.

Mesmo sendo um espaço de inclusão, a escola pode excluir quando há violação dos direitos.

Ao se tratar dos direitos da criança deve-se articular uma rede de proteção aos seus direitos, seja na assistência social, educação, saúde, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua sexualidade.

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO COM SEXUALIDADE NO CURRÍCULO ESCOLAR

3.1 Currículo e Sexualidade

Louro (2009) nos alerta a importância de incluir temas como sexualidade e diversidade no currículo escolar, a fim de que a escola brasileira, historicamente concebida e organizada segundo os padrões da heteronormatividade, continue a valorizar como padrão o adulto, masculino, branco, heterossexual.

Em uma formação integral e crítica, é necessário planejamento, pensar o conteúdo, estar sintonizado com as necessidades atuais do mundo, que possibilitam a criação de projetos e de práticas inovadoras os quais possam responder a estas demandas. Fazer uso da reflexividade, como propõe a postura construcionista, que é uma metodologia interessante, no sentido de rever internamente conceitos e práticas, refletir sobre o conhecimento e desestabilizar noções e regras rígidas e aparentemente fixas, que tomam como verdades determinadas versões sobre o masculino e o feminino e as sexualidades. Quando é oportunizado a criança reflexões sobre a sua ação, a análise, seleção de elementos de seu interesse e a oportunidade de reconstrução, ela faz abstrações reflexivas, compreende uma dada situação em grau suficiente, assim torna-se uma educação onde o compreender é conseguir dominar, em pensamento, as situações até poder resolver os problemas por elas levantadas. Assim, as atividades práticas onde a sexualidade, o corpo estiverem presentes,

são oportunidades para a interação entre os sujeitos e seus meios sociais. Portanto, além de ativo (a) a criança passa a ser interativo (a) no que seu desenvolvimento, por intermédio das relações com os outros, e são viabilizadas pela linguagem. E sem a linguagem, as interações estabelecidas entre criança – criança, criança -professor, não se processariam, o que inviabilizaria a construção do conhecimento. Iniciativas, necessidades, interesses, pesquisa, reflexão, desenvolvimento crítico, incentivo à criatividade e colaboração são alguns dos elementos presentes na abordagem de uma educação construcionista que configuram uma alternativa ao antigo e ineficaz processo de transmissão de conhecimento instrucionista.

Mas não é possível trabalhar a sexualidade sem discutir a relação existente entre o corpo e identidade. O corpo carrega o que somos e expressa a nossa sexualidade, é a condição física de estar no mundo. Atualmente se discute sobre o corpo e as interações com teorias contemporâneas, analisa-se o corpo como categoria social e cultural, nas relações que os indivíduos estabelecem em uma sociedade, discute-se que o corpo é dotado de fronteiras, e o viver está colocado no limiar, entre a vontade própria e as regras de convívio, construídas ao longo da história. Apresentar o corpo em algumas de suas várias representações constituídas pode-se as vezes, legitimar as ações de dominação sobre o mesmo. Michel Foucault (1997) analisa o corpo como instrumento de trabalho, e a preservação da vida humana como seu fim último. Isso faz com que os discursos sejam tomados pelo coletivo como o saber supremo, tendo como consequência a legitimação de aspectos biologicistas sobre elementos sociais e culturais do corpo.

Segundo PORTER (1992):

“Chegamos nus ao mundo, mas logo somos adornados não apenas com roupas, mas com a roupa metafórica dos códigos morais, dos tabus, das proibições e dos sistemas de valores que unem a disciplina aos desejos, a polidez ao policiamento”, isso nos remete analisar a condição do ser humano em relação ao corpo e aos preconceitos que ele carrega.: “O corpo tem uma história, tem marcas, tem sentidos, e os sujeitos sociais as escrevem, as inscrevem, as ressignificam, as vivenciam”. “Somos mais que “um corpo biológico”, trazemos nele nossa cultura, nosso modo de pensar e a nossa sexualidade (PORTER, 1992, p.325).

Segundo vários teóricos, incluindo Piaget (1984), Wallon (1962), Vygotsky (1934) e Freud (1856) desde a infância à adolescência o corpo é tratado como um

aspecto importante no desenvolvimento humano. Nossa formação leva-nos pensar com a noção de uma separação entre corpo e mente. Não apenas separamos mente e corpo, mas, mais do que isso, excluimos a sexualidade do corpo.

Aparentemente nas escolas de educação infantil, trabalhamos movimento, de modo conceitual e cognitivo apenas, como se estivessem tratando com seres incorpóreos. Há uma preocupação com o “corpo”, mas observa-se as estratégias e as práticas pedagógicas que por vezes, cuidam do disciplinamento dos corpos e das mentes, em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos e mentes de meninos e meninas, de jovens homens e mulheres.

Há inclusive nos quadros de funcionários em algumas escolas, um “monitor” ou “agente de disciplina” com essa função. Não encontramos “mediadores de conflitos”. A atuação e a intervenção pedagógica nos corpos - ou de reconhecer esse corpo irão variar conforme o conhecimento do educador. Louro (2009) afirma que em nenhum momento, as instâncias pedagógicas deixaram de se ocupar e se preocupar com o corpo, uma vez que a identidade é uma atribuição cultural, constituídas no contexto da cultura, mas produzem-se classificações e hierarquias e estão sempre implicadas num processo de diferenciação.

Como é feita essa intervenção “no corpo” é a questão a ser discutida nas formações. Essas intervenções produzem um corpo. Acionam saberes e a promovem práticas de exercício de poder sobre o corpo. Muitas ações da escola inventam um corpo, mostra como a criança deve enxergar seu corpo, o que dizer sobre o seu corpo. Qual o espaço que a escola dá realmente para o corpo? Será que tudo o que se diz sobre o corpo é puramente sexual?

Louro (2000), afirma que o corpo não é “dado”, mas sim produzido - cultural e discursivamente - e, nesse processo, ele adquire as “marcas” da cultura, tornando-se distinto. É considerável pensar que os corpos são significados, representados e interpretados culturalmente, que diferentes sociedades e grupos atribuem significados também diferentes às características físicas: que determinados traços ou características podem ter importância, serem

considerados notáveis e, então, se constituírem em "marcas" definidoras, ou, ao contrário, permanecerem banais, irrelevantes.

Louro citando Linda Nicholson (2000), afirma que "os sentidos, a atribuição de significados e valores dos corpos (e de partes dos corpos) mudam através do tempo e das comunidades" (LOURO, 2007, p. 17). Ainda que a maioria das sociedades tenha estabelecido, ao longo dos séculos, a divisão masculino/feminino como uma divisão fundamental e tenha compreendido tal divisão como relacionada ao corpo, não se segue daí, necessariamente, a conclusão de que as identidades de gênero e sexuais sejam tomadas da mesma forma em qualquer cultura. "Perceber uma diferença física ou mesmo atribuir a ela uma significação moral e político não é o mesmo que usá-la para explicar divisões básicas na população humana" (LOURO, 2007, p.7).

O corpo é maleável, pode falar mil línguas, ter muitos significados. Porém ele engana e ilude, não pode ser compreendido simplesmente como biológico. Mas na maioria das escolas, nas diversas áreas ou disciplinas, como já dissemos, o corpo é visto sob a perspectiva masculina heterossexual e então, tradicionalmente, deixam de fora os saberes, as experiências e os problemas das mulheres e dos grupos homossexuais. O corpo traz a sexualidade, nele está presentes fantasias, valores, linguagens, rituais, comportamentos e representações.

Neste sentido, Furlani (2007) considera o trabalho com a sexualidade, um dos "monstros do currículo escolar", "algo de difícil solução", "um problema a ser resolvido", algo que: impede a "tranquilidade" no espaço escolar; "um empecilho, um estorvo social". Ou seja, são tantos assuntos (temáticas) quanto identidades culturais. Ambos incomodam, perturbam, importunam, causa preocupação, aborrecimentos, desgostos, irritação, exasperam a paz social, cultural e política. Observa Louro (2004a) que , no espaço da educação,

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO, 2004, p. 27)

Mas para Louro (2007), a criança tem o direito de perguntar, de ter suas dúvidas esclarecidas de forma clara, de acordo com a compreensão que tem das coisas. A escola não deve fugir do assunto, tratar com censura algumas questões, responder com preconceito, ou com crenças religiosas e dar conceitos distantes de sua realidade. A escola deve tratar a sexualidade infantil como direito e atender sua curiosidade, de forma a descobrir o que realmente quer saber. Deixar a criança expor livremente sua ideia sobre sexualidade, despertando o respeito e o modo de ser, de vestir, de comportar de cada um. Respeitando a configurações familiares, e não enfatizar apenas um modelo de família: ocidental, branca, classe media, heterossexual, a figura do pai como provedor, existem várias questões a serem dialogadas no espaço escolar.

A criança pode, assim, elaborar suas próprias ideias a respeito da sexualidade sem a autorização dos adultos, apesar dos empecilhos colocados para ela. A escola, ao iniciar uma educação para a diversidade desde a Educação Infantil, estará buscando influenciar para minimizar o quadro de violência, preconceito, discriminação e desigualdade social. É necessário que a escola seja capaz de avaliar seu contexto, as situações presentes, pensar e propor intervenções, criar espaços para o diálogo. A homofobia atinge todos na escola, pode estar presente no próprio corpo dos professores, no silencio que reforça a normatividade. A escola cabe pensar quem tem o direito de educar a sexualidade de outro? O dialogo que considera os direitos dos gays, lésbicas e transexuais? Os (as) educadores (as) precisam ter a sensibilidade de pensar nesses direitos como uma conquista difícil. A sexualidade como direito de todos e todas pode mudar o vinculo com a escola, pode promover a inclusão ou exclusão, a politização ou a ignorância.

No espaço escolar, os (as) educadores (as) devem promover situações para discutir a cidadania e a diversidade, a discriminação, a cultura machista e heterossexual, de romper com estereótipos, criar oportunidade de trabalhar possibilidades de pertencimento, a inclusão de todos num mesmo espaço de sociabilidade. Também visibilizar outros sentidos possíveis sobre a sexualidade e o gênero, a diversidade das experiências vividas, dar oportunidades de fala e de

reflexão com vistas a fornecer recursos simbólicos às pessoas envolvidas na escola.

Na educação escolar, o trabalho pedagógico sobre a sexualidade infantil exige uma abordagem que inclui informação, reflexão, emoção, sentimento e afetividade. Como fazer isso com crianças? Segundo Ferez,

para a criança, o brincar é uma atividade mediadora para abordar o inconsciente, um ato de elaboração de uma experiência. É uma forma privilegiada de expressão infantil e o brincar com o sexual está incluído para a criança. O brincar é um meio de colocar em cena as suas fantasias, pois não se pode vislumbrar imediata e diretamente a sexualidade infantil (FEREZ, 1994, p.136.)

O brincar pode oferecer ao educador uma oportunidade de analisar e intervir nas questões sobre a sexualidade infantil. O lúdico naturalmente induz à motivação, à diversão, representa liberdade de expressão, criação e renovação do ser humano, além de possibilitar que as crianças reelaborem criativamente, conhecimentos e edifiquem novas possibilidades de interpretação e de representação do real, de acordo suas necessidades, seus desejos e suas paixões.

A ludicidade também satisfaz as necessidades de crescimento da criança, de desenvolvimento das habilidades motoras e de expressão corporal. Dentre os benefícios sociais, a criança, por meio do lúdico, desenvolve e representa situações que simbolizam uma realidade que ainda não pode alcançar e aprendem a interagir com as pessoas, compartilhando, cedendo às vontades dos colegas, recebendo e dispensando atenção aos seus pares. Aprendem ainda a respeitar e a serem respeitadas.

Do ponto de vista didático, as brincadeiras promovem situações em que as crianças aprendem conceitos, atitudes e desenvolvem habilidades diversas, integrando aspectos cognitivos, sociais e físicos. As brincadeiras possibilitam vários ganhos para o desenvolvimento e a aprendizagem de qualquer criança.

Na escola encontramos crianças que estão em processo de construção de identidade, brincam de brincadeiras onde meninos e meninas participam juntos, mostrando que as crianças são livres de preconceitos. Para elas, o que importa é a pessoa com quem ela quer brincar, e não a maneira como esta escolhe viver ou vestir. Nos padrões de normatividade separamos as brincadeiras de meninos e meninas, roupas de meninos e meninas, gerando uma violência às escolhas e

construções que as crianças podem fazer por elas mesmas à medida que vão se constituindo como pessoas. As crianças estão em construção de uma definição sexual, estão em processo de escolha, e o brincar junto meninas e meninos colaboram para essa definição.

Faz parte da fantasia de criança, enquanto brinca ser homem ou mulher, sem preconceito ou intolerância, sem preocupação de escolher o que é brinquedo ou fantasia de menino ou menina, quando sendo menino pode vestir de princesa, sendo menina pode jogar futebol e brincar de carrinho. Preconceito e ódio são construídos a partir de uma série de fatores, as crianças não enxergam o mundo com tanta abominação como os adultos. O adulto é quem ensina essa intolerância, não se nasce intolerante, é construída socialmente essa intolerância. De acordo com Louro (2007):

estou convencida de que é relevante refletir sobre tudo isso. É relevante refletir sobre as possibilidades e as impossibilidades que essa cultura coloca para a sexualidade. É relevante refletir sobre os modos como se regulam se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos; refletir sobre as práticas que tais sujeitos põem em ação para responder a esses desejos, as práticas que acionam para se constituírem como homens e mulheres (LOURO, 2007, p. 204).

Trabalhar o significado de corpo e sexualidade, masculino e feminino, homem e mulher, nas práticas pedagógicas podem ser um dos caminhos para ideias de uma cultura democrática e possível de ser trabalhado desde a Educação Infantil. Segundo Nicholson (2000):

Os sentidos, a atribuição de significados e valores dos corpos (e de partes dos corpos) mudam através do tempo e das comunidades. Perceber uma diferença física ou mesmo atribuir a ela uma significação moral e política não é o mesmo que usá-la para explicar divisões básicas na população humana (NICHOLSON, 2000, p. 18).

Ainda que a maioria das sociedades tenha estabelecido, ao longo dos séculos, a divisão masculino/feminino como uma divisão fundamental e tenha compreendido tal divisão como relacionada ao corpo, não se segue daí, necessariamente, a conclusão de que as identidades de gênero e sexuais sejam tomadas da mesma forma em qualquer cultura. É importante que os educadores (as) pensem nessas questões, numa relação de diálogo que implica nas relações

humanas. Considere a cultura em que a criança esteja inserida, sua comunidade, sua família, os conceitos que ela traz o cotidiano em que vive. Relacionar o conceito da sexualidade que a criança traz com os outros conceitos de pesquisadores e teóricos, para assumir sua condição de educar para a sexualidade. Um educar crítico, reflexivo, científico, isento de concepções preconceituosas e normativas, que contemple a discussão e o diálogo, que atenda a necessidade e os direitos da criança. Um educar que não contemple somente a normatividade da heterossexualidade.

É necessário provocar mudanças no modo de tratar a sexualidade na escola e na família, ensinando a sermos pessoas naturais e sensíveis, a participar nessa construção de gênero na escola de forma mais efetiva, não com julgamentos, mas a vivenciar junto com nossas crianças as suas experiências. Direcionar nossas reflexões: reconstruir e construir nossos conceitos e concepções de sexualidade e gênero, a refletir sobre a complexidade do processo de construção da identidade, onde a sexualidade esta presente. Para Furlani (2007),

Certamente, a discussão da sexualidade na Escola fascina muitos e apavora outros tantos; ou talvez melhor fosse dizer que ela fascina e apavora, ao mesmo tempo, a muitos. Mas vale registrar que o momento histórico em que vivemos se mostra mais favorável a essa discussão: a política educacional oficial estimula e recomenda; a demanda infanto-juvenil "obriga"; pais e mães dividem-se entre a objeção, a indiferença e a manifestação favorável; professoras e professores definem-na como projeto político pessoal e imergem na Educação Sexual. A sexualidade viva, no contexto cultural, é cada vez mais assunto obrigatório na Escola, em todos os seus níveis. Quer queiramos ou não, tudo indica que o bicho vai pegar (FURLANI, 2007, p.88)

Não podemos deixar de abordar o tema da sexualidade como disse o autor, sabemos que no cotidiano escolar surgem situações que não estão previstas, que tentamos compreender, percebemos o quanto valores contraditórios e complexos surgem entre os alunos, requerendo do professor e da professora uma capacidade de diálogo para o bom andamento da formação de seus alunos. Se atentarmos para a formação de professores, com relação à questão da sexualidade, das relações de gênero, a igualdade de direitos entre meninos e meninas, e preocuparmos com a ruptura da hierarquia predominante na nossa sociedade e a promoção da igualdade, a questionar a transmissão dos valores sociais dominantes, como também, pensar em um currículo em ação que

inclua práticas emancipatórias, teremos condição de “enfrentar ou discutir” essas questões.

Os educadores e as educadoras precisam ver o currículo como um instrumento legal e político que deve promover a cidadania e a diversidade. Estar atento que no espaço escolar está presente uma política de reprodução social e uma legitimação de desigualdades, enquanto deveriam ser trabalhados valores democráticos de compreensão e respeito pelo outro, além da promoção o princípio de igualdade e a diversidade cultural.

Enfim, compreendemos que a forma de abordar conteúdos relativos a educação sexual (não apenas a AIDS ou doenças sexualmente transmissíveis e a dimensão biologicista, mas a sexualidade em geral) implica mudanças extremamente significativas para qualquer um/a. Não é tarefa fácil e trivial. Trata-se de assumir que todos os sujeitos são constituídos socialmente, que a diferença (seja ela qual for) é uma construção feita — sempre — a partir de um dado lugar (que se toma como norma ou como centro). É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar das naturalizações.

Capítulo 4 - A SEXUALIDADE EM DOCUMENTOS OFICIAIS DE ORIENTAÇÃO CURRICULAR

4.1 – A Sexualidade nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, é um documento dividido em três volumes. Observa-se que os três volumes trazem orientações didáticas e pedagógicas para o trabalho com as crianças como, por exemplo, a organização dos espaços, a formação dos/as profissionais da área, objetivos, metodologias de trabalho, os conteúdos de ensino e avaliação.

No segundo volume, referente a Formação Pessoal e Social são apresentadas as temáticas de identidade e autonomia. O principal argumento do documento é que para construir a identidade e autonomia a criança precisa conhecer o outro para entender o que os torna comum e o que lhes particulariza, sobretudo, a partir da diferença. Nas páginas 17 a 22 encontra-se o sub tema “Expressão da Sexualidade”, de forma resumida. O documento cita que a diversidade étnica e cultural existente na sociedade brasileira e reconhece a individualidade das crianças e professores (as) que frequentam as instituições. Há uma valorização na diversidade que chega à instituição, para um ambiente propício de “alargar o universo inicial das crianças, em vista da possibilidade de conviverem com outras crianças e com adultos de origens e hábitos culturais diversos, de aprender novas brincadeiras, de adquirir conhecimentos sobre realidades distantes” (BRASIL, 1998, p.21).

Reconhecer a importância dessa diversidade cultural é importante, abre caminhos para a discussão da temática de gênero, entretanto, os professores (as) que não têm formação sobre a temática de gênero, e não conhecendo, não é possível problematizar as vivências e experiências. Dependendo da maneira como é tratada a questão da diversidade, pelos professores e professoras, pode auxiliar as crianças a valorizarem suas características étnicas e culturais, ou pelo contrário, favorecer a discriminação quando é conivente com preconceitos.

O RCNEI não tem como foco principal as identidades de gênero, necessitando avançar mais essa temática em suas orientações. Destaca que “ao se perceber uma fase de curiosidade quanto às diferenças entre os sexos, por volta dos cinco e seis anos, a questão do gênero ocupa papel central no processo de construção da identidade (RCNEI, 1998, volume 2,p. 19).”

Segundo o documento,

Dentre as questões relacionadas à sexualidade, as relações de gênero ocupam um lugar central. Há um vínculo básico entre o gênero de uma pessoa e suas características biológicas, que a definem como do sexo feminino ou masculino, ser homem ou mulher varia conforme a cultura e o momento histórico, pois supõe, mais do que as características biológicas de um ou outro sexo, o desempenho de papéis atribuídos socialmente. (BRASIL, 1998,p.25).

O RCNEI não propõe práticas pedagógicas de desconstrução de identidades de gênero fixas, porém orienta que a atitude básica é transmitir, por meio de ações e encaminhamentos, valores de igualdade e respeito entre as pessoas de sexos diferentes e permitir que as crianças brinquem com as possibilidades relacionadas tanto ao papel de homem como ao da mulher, situando que a criança está em fase de construção de sua identidade e autonomia.

Tais práticas pedagógicas não são discutidas no cotidiano da escola, porque exige por parte do professor/ da professora, uma reflexão com as crianças sobre padrões estereotipados quanto ao papel do homem e da mulher, e a maneira como cada um vê a si próprio. Os professores e professoras devem estar atentos a expressão da sexualidade, e perceber que a reação dos adultos às explorações da criança de seu próprio corpo e aos jogos sexuais com outras crianças lhe fornecem parâmetros sobre o modo como é vista a sua busca de prazer. O documento destaca que

“a recepção dos adultos as suas explorações ou perguntas ligadas à sexualidade podem suscitar diferentes reações, desde atitudes de provocação e exibicionismo até atitudes de extremo retraimento e culpa. Quanto mais tranquila for a experiência do adulto no plano de sua própria sexualidade, mais natural será a reação às explorações espontâneas infantis.”(BRASIL, 1998, p.19).

Ao analisar o RCNEI observa-se à necessidade de formação de professores contemplarem a temática “sexualidade infantil” e “relações de

gênero”, aprofundando a discussão, de maneira que possibilite aos professores e professoras, refletirem e construam uma formação teórica sobre esta temática. É necessário viabilizar uma prática pedagógica onde momentos de contatos físicos, reflexões e convivências desprovidas de repressões estereotipadas e preconceituosas, sejam constantes nas instituições de Educação Infantil, ultrapassando as questões tratadas na “expressão da sexualidade”.

Sendo assim cabe ao professor criar, sugerir e aproveitar oportunidades para que as crianças elaborem, vivenciem, construam suas concepções sobre a sexualidade nas mais diversas situações, sejam nas histórias, no faz de conta, no movimento, nas cantigas e nas brincadeiras de interação.

4.2 – A Sexualidade no Tema Transversal Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)

A escola não contribui apenas para formar cidadãos e cidadãs, transmitir e construir conhecimento, mas também ajuda a criar concepções e valores e sociais, incluindo concepções sobre a sexualidade. Para uma formação básica comum nas escolas de todo o país, o Ministério da Educação e Cultura, implantou em 1998 dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Foram criados os Temas Transversais², tais como Pluralidade Cultural e Orientação Sexual e nas páginas 107 a 159, o tema é abordado³. Indaga-se com isto se em 1996 a sexualidade estaria pouco presente nas relações que aconteciam na escola...

Nestas páginas, a sexualidade está simplesmente associada à promoção da saúde sexual e à prevenção de gravidez e outras doenças sexualmente transmissíveis. Possivelmente se temas, discussões e reflexões ligados a sexualidade, gênero, homossexualidade e diversidade estivessem mais presentes na década passada, o quadro de agressividade e violência, preconceitos e

² Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias óticas, são aqueles conteúdos que não fazem parte obrigatória do currículo da escola mas que podem ser explorados em sala de aula em formas na vida cotidiana.

³ Observa-se que em dez volumes, 1500 páginas aproximadamente sendo, temos 3,4% das páginas com orientações para a sexualidade

discriminações presentes na sociedade hoje seria menor. Observa-se que nestas orientações não se planejou uma educação para a diversidade sexual, um trabalho de respeito à diversidade⁴.

Segundo Palma (2015),

A temática da sexualidade, que poderia ser trabalhada através da estimulação da reflexão sobre uma “norma” heterossexual existente em nossa sociedade, que elimina a existência de uma diversidade de relacionamentos, não é mencionada. Quando se trata de diversidade nos PCNs, o que aparece é a palavra como sinônima de “múltiplas facetas” e nunca relacionada à sexualidade. (PALMA, 2015, p.737)

No ano de 2001 foi publicada a terceira edição sem alterações na parte de orientação sexual, observa-se que, em 5 anos houve pouco avanço sobre o tema. Porém considerando que o objetivo do PCN é promover reflexões e discussões com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos, o material fornece abertura para avançar nas discussões do tema.

Também já alertava os (as) profissionais que considerassem que “as manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola” (PCN,BRASIL,1997,P.112). Antecipadamente já previa a influencia da mídia na sexualidade das crianças: “A TV veicula propaganda, filmes e novelas intensamente erotizados. Isso gera excitação e um incremento na ansiedade relacionada às curiosidades e fantasias sexuais da criança.” (BRASIL, 1997, p. 112).

Observa-se uma orientação que instiga a reflexão e paralelamente recomenda-se um trabalho voltado para a saúde e bem estar. Percebe-se uma dualidade antagônica de colocações sobre a sexualidade, ora visando a saúde sexual e ora levando em conta a construção da sexualidade:

⁴ Em 1999, nos trabalhos de formação da SMED, participamos como formadora de professores dos anos iniciais durante todo período letivo, estudando os PCNs. Naquele momento, não foi possível abordar o tema Orientação Sexual, do volume 10, devido ao tempo, de quatro horas mensais, e não percebe-lo como prioridade, desvinculando afeto de prazer e de sexualidade .

“O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. As informações corretas aliadas ao trabalho de autoconhecimento e de reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a consciência sobre os cuidados necessários para a prevenção desses problemas (...) a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito.” (BRASIL, 1997, p.9)

Ao mesmo tempo em que orienta ao aluno para que possa levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que ele próprio, escolha seu caminho, recomenda-se que intervenção individual, atender separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola e, dentro desse âmbito, poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado. Ao qual tipo de aluno o documento está se referindo? Ao que escolhe caminho diferente da normatividade?

Observa-se no documento o foco em doença relacionada a sexualidade – e não no lado saudável da mesma , não é citado as questões da homossexualidade. Não há clareza sobre a prevenção de problemas ligados a sexualidade, quais seriam esses problemas? Tais problemas seriam levantados pelos alunos, pais ou professores (as)?

Para o papel do professor é colocado que ele deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas, mas que também não se pode exigir dele uma isenção absoluta no tratamento das questões ligadas à sexualidade, mas a consciência sobre quais são os valores, crenças, opiniões e sentimentos que cultiva em relação à sexualidade é um elemento importante para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto dos aluno.

Observa-se que coloca o professor para não emitir juízo de valor para julgar os valores e crenças sobre a sexualidade. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente.

Quanto aos conteúdos, organizados em três blocos: Corpo: Matriz da Sexualidade, Relações de gênero, Prevenção às Doenças Sexualmente

Transmissíveis/AIDS. O corpo deve ser abordado com crianças e os demais temas são abordados para os (as) adolescentes.

No documento a criança não foi contemplada em seu desenvolvimento sexual. Há uma separação de idades por ciclos de desenvolvimento, ignorando-se que a criança tem, assim, como o adolescente, uma sexualidade que faz presente em seu corpo. É necessário repensar que a sexualidade da criança é desenvolvida enquanto um ser humano total, e não apenas na adolescência.

As relações de gênero são abordadas de forma resumida em duas páginas. Observa-se a necessidade de atualizar os PCNs e de continuar com formações para a discussão do tema.

4.3 A Sexualidade nos Cadernos da Escola de Tempo Integral do Município de Governador Valadares - ETI

A Escola de Tempo Integral - ETI – implantada em Governador Valadares no ano de 2010, pensou em um currículo levando em conta os níveis de ensino, a idade, o ciclo de desenvolvimento humano e os eixos temáticos, procurando considerar as características do desenvolvimento humano em cada faixa etária, a formação integral dos alunos, os contextos que as escolas estão inseridas, as concepções de ensino e de aprendizagem.

A proposta curricular da ETI é organizada por eixos temáticos apresentados em quatro cadernos de orientação que foram elaborados para os profissionais da rede e visa garantir a continuidade e aprofundamento da construção dos conhecimentos básicos, o desenvolvimento da capacidade humana de articular significados coletivos e de compartilhá-los em diferentes situações de comunicação verbal e não verbal e a preparação dos educandos (as) para participação ativa na vida social (SMED, 2010). Nas diretrizes, o atual Governo expressa sua vontade de oferecer uma educação que muda realidades:

“Acreditamos que uma nova escola é possível, onde crianças, jovens e adultos se sintam plenos e saiam dela em condições de autonomia diante da vida... por isso, estamos implantando uma escola de verdade, a escola de tempo integral. Uma educação que liberta, que muda realidades, traz justiça e dignidade. Um modelo de educação que combina desenvolvimento com cidadania e que faz a esperança se encontrar com a oportunidade.” (COSTA, 2010, p. 21)

Os eixos temáticos apresentados em quatro cadernos são assim apresentados: o primeiro caderno trata das Diretrizes Curriculares para a rede municipal de ensino de Governador Valadares e apresenta a proposta de Escola em Tempo Integral. Também apresenta os eixos temáticos, as fases de desenvolvimento humano e o formato da proposta curricular.

No segundo caderno são apresentadas as diretrizes que nortearão as práticas educativas nas escolas municipais, com base no primeiro eixo temático: Identidade e Diversidade. O terceiro caderno apresenta um conjunto de orientações que objetivam auxiliar as práticas educativas nas escolas municipais, referenciadas no segundo eixo temático da proposta curricular: Comunicação e Múltiplas Linguagens. O quarto caderno aborda o eixo temático “Sustentabilidade e Protagonismo”, e traz as diretrizes referentes a este.

As diretrizes curriculares são orientadas pela seguinte estratégia curricular: desenvolvimento da identidade social e respeito à diversidade para o desenvolvimento sustentável. No Eixo Temático Identidade e Diversidade foram agrupadas as disciplinas e conteúdos: História, Filosofia, Sociologia, Ensino Religioso, Educação Física. Neste eixo também estão inseridos conteúdos relacionados ao desenvolvimento moral dos alunos. Tais conteúdos foram incluídos no eixo citado, tendo por objetivo a ênfase na construção do indivíduo em seus vínculos sociais, que expressam diferenças culturais, valores e expressões grupais. Relacionam-se ao objetivo estratégico geral da construção da Identidade Social.

No Eixo Temático Comunicação e Múltiplas Linguagens, a base é a comunicação entre as pessoas, das pessoas com o meio e as diversas formas de linguagem utilizadas ao longo da existência humana e seus significados, buscando a afirmação da cidadania através da expressão no seu sentido mais amplo.

No Eixo Sustentabilidade e Protagonismo o foco é o Protagonismo, ou seja, propiciar aos alunos condições de análise crítica das situações e fatos do dia a dia, para que possam fazer escolhas mais assertivas para si e para o grupo social ao qual pertencem, tornando-se cidadãos conscientes e solidários, que atuem e modifiquem, positivamente, sua realidade.

Percebe-se que os três Eixos Temáticos há uma preocupação de educar a criança para formar sua identidade, ser protagonista de sua história e de saber conviver com os outros com solidariedade. A proposta é aberta para os temas ligados a sexualidade e oferece eixos que podem ser voltados para discussão e reflexão da temática sexualidade, porém o tema Sexualidade não é citado especificamente nas fases de desenvolvimento de zero a oito anos, ao se referir ao tema citam-se “linguagem corporal”, “esquema corporal”, valorização do seu corpo e suas potencialidades e capacidades expressivas, respeito com seu corpo e do outro. Na fase de 12 a 14 anos, é citado:

Participar de debates, seminários, júri simulado sobre sexualidade e outras questões familiares/sociais. Valorização e respeito de seu corpo e do outro, principalmente nas limitações que devem existir com relação à sexualidade nesta fase. Responsabilidade com sua sexualidade no uso de seu corpo e do outro. Prevenção de problemas com relação a sexualidade a partir do conhecimento se discute a sexualidade, mas sim o trabalho com o corpo, sendo que a sexualidade está intimamente ligada ao corpo e presente em todas as fases de desenvolvimento. (SMED, CADERNO 2, 2010, p. 24)

É necessário discutir o que é responsabilidade com a sexualidade. E se o desejo do sujeito passar justamente pela via do que se considera irresponsável, pois se tratando de desejo, muitas vezes o proibido é o desejo do (a) aluno(a). A escola precisa pensar para lidar com isso. Em que discursividade irá se apoiar para intervir? Respeitando a escolha do (a) aluno (a)? Refletindo sobre as consequências de cada escolha, sob qual ponto de vista?

No Caderno 2, p.24, aparece a expressão os problemas da sexualidade. Esses problemas não são citados. Seriam esses problemas, relacionados a homofobia existente no espaço escolar? Ou relacionados a uma normatização heterossexual?

Também se percebe uma visão biologicista, ligada ao cuidado do seu corpo. Há uma visão de corpo e sexualidade, considerando que se apenas trabalhar o cuidado do corpo, atendessem a sexualidade presente no (a) adolescente e na criança.

Cabe ao professor e a professora ler nas entrelinhas se quiser trabalhar o tema. Estarão os (as) profissionais na escola preparados (as) para ir além do que a proposta curricular propõe?

Na proposta da ETI (SMED, Caderno 2, 2010, p. 9) a constituição da identidade e do projeto de vida implica se apropriar de um conjunto de valores que oriente a perspectiva de vida: quem sou eu, quem eu quero ser, o que quero para mim e para a sociedade. Isso exige busca de autoconhecimento, de compreensão da sociedade e do lugar social a que pertence. Para se conhecer, precisa discutir a sexualidade, o gênero, como parte da construção da identidade, e a proposta comenta que “os processos de socialização, de ensino e de aprendizagem que ocorrem de acordo com as características físicas, cognitivas, afetivas, sexuais, culturais e étnicas dos envolvidos nos processos educativos podem contribuir para a formação da identidade” (SMED, Caderno 2, 2010, p. 9).

O eixo Diversidade e Identidade abre caminhos para os professores e professoras abordarem o tema. Propõe a reflexão em relação à forma como a escola lida com a diversidade no seu cotidiano, no seu currículo, nas suas práticas:

“ os grupos humanos considerados diferentes passaram cada vez mais a destacar politicamente as suas singularidades, cobrando que as mesmas sejam tratadas de forma justa e igualitária, desmistificando a ideia de inferioridade que paira sobre algumas dessas diferenças socialmente construídas e exigindo que o elogio à diversidade seja mais do que um discurso sobre a variedade do gênero humano. Ora, se a diversidade faz parte do acontecer humano, então a escola, sobretudo a pública, é a instituição social na qual se presentifica tais aspectos (SMED, Caderno 2, 2010, p. 9)..”

Na educação infantil aprendem-se os primeiros princípios da cidadania, socializa-se, convive em grupo e lida com as diferenças individuais, sendo a porta de entrada para descobrir o que as crianças pensam sobre diversas questões. A proposta também convida a reflexão sobre as concepções de diversidade que permeiam as nossas práticas, os nossos currículos, a nossa relação com os alunos e suas famílias, constatamos o fato de todos apresentarmos diferenças: de gênero, raça/etnia, idades, culturas, experiências, entre outros. Remete a pensar uma prática educativa de enfrentamento das desigualdades e valorização da diversidade, a criar um ambiente de convivência humana escolar para que as crianças possam se dar conta de que são todos diferentes e que é a diferença, e não a indiferença, que deve provocar a nossa curiosidade.

Em relação a Educação Infantil é proposto para essa fase, o trabalho com a identidade e a diversidade relacionando à formação pessoal e social da criança,

por meio do conhecimento de si mesma, da interação com o meio e do seu conhecimento de mundo. Orienta o trabalho pedagógico ser pautado por brincadeiras e aprendizagens orientadas que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em atitude de aceitação, respeito, confiança e também para o acesso aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Nesse sentido, por meio do brincar, a criança vai conhecer, aprender e se constituir como um ser pertencente ao grupo, contribuindo para a construção de sua identidade, que compreende todas as experiências por meio das quais tomamos consciência de nós mesmos como pessoas distintas de todas as outras.

A construção da identidade é possível pelo desenvolvimento de um trabalho que valorize as marcas pessoais de cada criança, sendo relevante professores e professoras estar atentos/as ao planejar, criar situações como também aproveitar situações, organizar momentos e atividades para a criança observar, descobrir e falar sobre aspectos das características físicas, modos de agir e pensar, história pessoal, gostos, preferências e habilidades. Trabalhando a identidade trabalha-se também a sexualidade.

À escola cabe definir objetivos, e orientar os (as) professores (as) sobre os documentos oficiais que regulamentam o currículo, como também avaliar e revisar todo o processo pedagógico, garantindo a vivência de tais documentos. Observa-se que há uma distância entre os documentos oficiais e a prática do (a) professor(a), observa-se também uma distância do discurso que vem nos documentos para a prática, já que muitos docentes não os leem ou estudam. Nas formações de docentes não observa-se momentos de reflexão sobre a sexualidade, não há ampla liberdade de expressão, ou a presença de ambiente acolhedor que visa a promover bem-estar sexual de todos. Uma das funções da escola é promover a discussão sobre a sexualidade, discutir um direito fundamental do ser humano garantido por Lei, discutir o preconceito sexual, a violência, a homofobia, a discriminação, a exclusão, discutir também o amor ao outro, o respeito, a convivência em harmonia com todos.

No documento as temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, orientação sexual, discriminação e violações de direitos, só será de fato

garantido na prática em sala de aula, se for assegurado a formação continuada dos(as) professores(as).

Observa-se que os documentos oficiais, as formações, a teoria e a prática, a técnica e a ciência, as discussões, não dão conta de responder todas as questões da sexualidade vivenciadas na escola, não há resposta, ou caminho para tudo, o (a) pedagogo(a) deve atentar para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sexualidade é um assunto tão antigo, presente desde os relatos bíblicos do “Jardim do Édem”, nos contos e novelas, escondido nas brincadeiras, pesquisado por diversos estudiosos em todas as áreas e ao mesmo tempo tão distante, difícil e desafiante de trabalhar na área da educação escolar.

Consideramos nesse trabalho que relacionar direito e sexualidade significa romper com paradigmas e preconceitos, bem como, começar a abrir caminhos para a realização de um trabalho fundamentado de formação de professores e professoras em uma construção crítica e participativa.

A todo momento, questões relativas a sexualidade se ampliam, gerando dúvidas e preocupações. O (a) educador (a) deve estar atento(a) às violências a sexualidade da criança. É preciso que se alerte o quanto antes para que possamos reverter o quadro de violência e desrespeito aos direitos humanos em que se encontram muitas crianças nas escolas.

Ao ler e refletir sobre os teóricos como Miskolci (2009), Louro (2000) e outros se percebe que, especialmente no que se refere à sexualidade, destacamos a necessidade de que cada vez mais a escola pense estratégias de ações pedagógicas que contribuam para a problematização de temas, como: violência, preconceito, discriminação, corpo, amor, prazer, sexo, desejo, gênero, homossexualidade, dentre outros que, muitas vezes, são abordados em diferentes instâncias culturais – como no caso das novelas, dos filmes, das propagandas, dos programas de rádio e televisão, dos *sites* da internet, dos livros e das revistas – e não são tomados como conteúdos importantes na escola que não aborda a sexualidade como direito.

A formação de gestores/as, educadores/as e demais profissionais da educação em temáticas relativas à sexualidade, gênero e diversidade sexual é estratégica para que as ações sejam efetivadas e o debate sobre os princípios dos direitos humanos sejam garantido. Ao perceber a importância da formação do (a) professor (a) na área da sexualidade, algumas ações e compromissos foram

assumidos no âmbito da educação nacional como o Programa Brasil sem Homofobia (PSH)⁵, que apresenta como intenção:

- elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero;
- fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores/as na área da sexualidade;
- formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e por identidade de gênero e a superação da homofobia (BRASIL, 2004, p. 22)

Outro compromisso, no âmbito nacional, foi o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), assinado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que definiu como uma de suas ações programáticas para a Educação Básica:

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas (BRASIL/CNDH/MEC, 2006:24).

Citamos também a iniciativa de criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/MEC que desenvolve ações de educação para a igualdade de gênero, o respeito à diversidade de orientação sexual e o enfrentamento ao sexismo e à homofobia. Realiza a articulação com os sistemas de ensino implementa políticas educacionais e tem como um dos objetivos, contribuir para o desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado à valorização das diferenças e da diversidade, visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

As ações, projetos e programas da SECADI são destinados à formação de gestores e educadores, à produção e distribuição de materiais didáticos e pedagógicos, à disponibilização de recursos tecnológicos e à melhoria da infraestrutura das escolas, buscando incidir sobre fatores que promovam o pleno

⁵ Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra gays ,lésbicas, transgêneros e bissexuais e de Promoção da Cidadania Homossexual, elaborado pelo Governo Federal e sociedade civil, em 2004 , tendo como objetivo central é a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos

acesso à escolarização e à participação de todos os estudantes, com redução das desigualdades educacionais, com equidade e respeito às diferenças.

Vale destacar que a criação destas iniciativas se deram a partir do ano 2000, depois da promulgação da LDB e dos RCNEI e dos PCNs e elas observam mais claramente que uma das formas de garantir os direitos referentes a sexualidade é assegurando a formação continuada dos professores.

Segundo Scott, Lewis e Quadro (2009) a atuação profissional no campo da formação requer um investimento contínuo na qualificação profissional para o enfrentamento das desigualdades sociais, quer sejam diferenças de classe, sexo, raça/etnia, geração, quer sejam de orientação sexual.

Mas uma formação do olhar sobre o cotidiano é, antes de tudo, fundamental. De acordo com Maia, Magalhães e Ribeiro (2014) os educadores e as educadoras precisam perceber que o preconceito e a discriminação estão presentes na cultura escolar, violências físicas, verbais e simbólicas, marcando a vida de muitos alunos em suas trajetórias escolares.

Com as tensões e as dificuldades destas vivências no cotidiano escolar, é sujeito a gays e lésbicas, travestis, saírem da escola por não serem respeitados. Impossibilitados de continuar a educação formal, pode haver dificuldades destes sujeitos se inserem no mercado de trabalho e instalar-se problema social e público, obrigando o Estado a buscar estratégias para atenuar a situação. A atuação do professor e da professora com a formação sobre a sexualidade contribuiria para atenuar tais problemas.

O processo de educar para a sexualidade e respeito à diversidade, o direito de viver a sua sexualidade, deve ser trabalhado desde a Educação Infantil, construindo ideias contra o preconceito, violência e ignorância presentes na sociedade hoje, muitas vezes já iniciado em casa. Os educadores e as educadoras precisam aprender mais sobre a sexualidade infantil, gênero e diversidade para fazer mudanças no espaço escolar.

Não basta coibir a violência física de um sujeito contra o outro, mas é necessário deixar a ignorância sobre a sexualidade, perceber a tendência à hierarquização das sexualidades, a qual reforça a normatividade e a heterossexualidade e avaliar de forma crítica a atuação docente. Deve-se buscar proporcionar o diálogo permanente sobre o direito de todos ao exercício da

cidadania com as crianças, desde cedo, e isso com certeza, poderá contribuir para uma mudança.

A atuação do educador e da educadora que prefere o caminho do silêncio ou negação da sexualidade ou de tomar para si a responsabilidade de vigilante da sexualidade das crianças, no sentido de vigiar o que é de menino e de menina, deve ser questionada. No espaço escolar podem ser discutidos com mais profundidade a questão da sexualidade, suas dificuldades de compreensão, analisar filmes, livros, documentários e diversos materiais educativos sobre sexualidade, ampliando o que é, geralmente, tratado de maneira.

Mas, antes, faz-se necessário, conforme viemos indicando em nossas análises, os educadores e educadoras conhecerem as orientações curriculares e o sistema público de ensino no sentido de avançar na sua reconstrução, visto que as orientações nacionais apresentam apenas uma discussão limitada à promoção da saúde sexual, à prevenção de gravidez e outras doenças sexualmente transmissíveis. No âmbito do município de Governador Valadares, é urgente rever e ampliar, com a participação docente, as orientações curriculares, incorporando o tema Sexualidade às fases de desenvolvimento de zero a oito anos e tratando a temática de um modo mais abrangente.

Os educadores e as educadoras podem colaborar para diluir algumas barreiras rigidamente impostas e estabelecidas em relação ao masculino e feminino, estar atento à voz das crianças, não permitindo que as diferenças se transformem em opressão. Deve-se buscar superar preconceitos que são passados à criança, em prol de uma orientação sexual. Conforme Lionço, “uma das ações da pedagogia é questionar a ordem heterossexista, não aceitar uma hierarquia de sexualidade, em que a heterossexualidade assume posição superior, isto é inadmissível e insustentável” (LIONÇO, 2009, p.45)

Para isso o (a) educador (a) deve reconhecer como legítimo e lícito, por parte das crianças e dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade, uma vez que fazem parte de seu processo de desenvolvimento, como orienta os PCNs e RCNEI.

É importante a abordagem de questões dentro do interesse e das possibilidades de compreensão próprias da idade, buscando compreender os medos e as angústias vividos acerca da sexualidade. Para que o trabalho

pedagógico em sala de aula seja efetivo é necessário reconhecer os seus valores e comportamentos e sua visão de mundo, para reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos das crianças e para que suas intervenções diante das manifestações de violência à sexualidade dos alunos sejam positivas.

O (a) professor (a) deve manifestar a compreensão de que as manifestações da sexualidade infantil são prazerosas e fazem parte do desenvolvimento saudável de todo ser humano. Miskolci (2004) alerta os educadores e educadoras que a ignorância gera o preconceito, o qual guiará atitudes com o desdém, o insulto e outras formas de violência.

A formação de um olhar mais atento e humano, bem como, a formação profissional pode ajudar os professores e professoras perceberem a complexidade do cotidiano escolar, em relação às questões da sexualidade. Faz-se necessário estudos no/do cotidiano para a efetiva compreensão das práticas curriculares e a melhoria desta formação.

REFERÊNCIAS

BORGES, Lenise S., CANUTO, Alice de A. A., OLIVEIRA, Danielle P. e VAZ, Renatha P. Abordagens de gênero e sexualidade na psicologia. Em **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2013, v 33, p 730-745.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais :Pluralidade Cultural:Orientação Sexual** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. 3.ed. Brasília :MEC/2001.164 p.

CRUZ, Elizabete Franco. **A educação sexual e a formação do educador de creche/pré escola**. Dissertação de mestrado em Psicologia Social/PUC, São Paulo, 1996.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO –ANO II| Nº 318 –Instituído pela Lei Municipal 6.401 de 25/09/2013 Disponível em <
http://www.valadares.mg.gov.br/Materia_especifica/22266/Plano-Municipal-de-Educacao-segue-para-votacao-na-Camara.

FREITAS Rafaela V. F e CARDOSO Leonel. **Sexualidades e Política: a Escola e a Diversidade Sexual**. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT /UFMG, Belo Horizonte, 2015.

FURLANI, Jimena. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual**. Educ. rev. n.46. Belo Horizonte dez. 2007. Disponível em<
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200011&lng=es&nrm=iso> Acesso em 17/06/2015.

JUNQUEIRA, Rogerio Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KAMEL, Luciana; PIMENTA Cristina. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber** / – Rio de Janeiro: ABIA, 2008. 48 p.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ Debora. (Org.). **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres. EdUnB, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico- metodológicas**. Educ. rev. n.46. Belo Horizonte: dez. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000200008&script=sci_arttext > em Acesso em 17/06/2015

____. **Gênero, sexualidade e educação**.ed.Petrópolis : Vozes, 1997. 184 p.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

MAIA, / Ana Cláudia Bortolozzi (Org). **Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2014. 285 p. (Coleção Cadernos Pedagógicos da EaD ; vol. 23 MANTOAN, Maria Tereza Egler . Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. Disponível em < conhecERPdagogico.blogspot.com . > Acesso em 12 /01/2015.

MILSKOLCI, Richard (Org). **Marcas da Diferença no Ensino Escolar**. São Carlos: EduFSCar, 2004. 220 p.

MULLER, A. ;KREUTZ,C.M. **A sexualidade da criança da educação infantil: desenvolvimento e aspectos educacionais**. In: ROMAN, E.;STEYER,V.E. A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado. Canoas: Ed.ULBRA. 2001p..130-141.

NOGUEIRA, Paulo – vídeo aula Sexualidade/UFMG- Polo Governador Valadares. 25/04/2015.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de - **Currículos praticados: regulação e emancipação no cotidiano escolar** - UERJ .GT: Currículo /n.12. 2006.

PALMA, Yáskara Arrial (Org). **Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Estudo sobre Orientação Sexual, Gênero e Escola no Brasil**. Temas em Psicologia , Vol. 23, nº 3, 727-738 , 2015.

PORTER, R. História do Corpo. IN: BURKE, P. (Org.) A Escrita da História. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 291-326.

ROMAM, Eurida Dias; STEYER, Vivian Edite (Org.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Canoas: Ed.ULBRA, 2001.316 p. Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: Revendo Conceitos, Repensando Práticas.